

O jornal *Libera* e a reorganização do anarquismo no Brasil¹

Igor Fernando MALLMANN²

Ana Paula da ROSA³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

Em circulação desde 1991, o jornal *Libera*, publicado pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), apresenta um histórico de relevância no cenário do jornalismo alternativo. Neste artigo, analisa-se algumas edições deste periódico de viés libertário. Busca-se identificar as heranças da imprensa operária e libertária brasileira do início do século XX presentes no *Libera*. E, principalmente, questiona-se: como se pode situar o jornal no contexto da rearticulação do anarquismo organizado no Brasil pós ditadura civil-militar? Para tanto, faz-se uso das elaborações teóricas de autores como Maria Nazareth Ferreira (1978), sobre a imprensa operária brasileira, e John Downing (2002), acerca do conceito de mídia radical alternativa.

PALAVRAS-CHAVE: *Libera*; anarquismo; imprensa libertária; mídia radical alternativa.

1 INTRODUÇÃO

Fundado em 1991, o jornal *Libera*, atualmente publicado pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), é o objeto deste trabalho. Aqui são expressos os primeiros resultados da pesquisa acerca dessa publicação que teve 166 edições até o final de 2015 e prossegue em atividade. Esta constância não deve ser subestimada, pois se trata de um jornal independente, sem publicidades ou fins comerciais. Sob a perspectiva da ideologia anarquista, as notícias e textos analíticos objetivam estimular o debate, a integração e articulação de militantes anarquistas, de movimentos sociais em geral e do público familiar a estes círculos (estudantes, trabalhadores etc.). Isso em oposição à abordagem dos temas feita pela mídia comercial ou grande mídia.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Estudante de Graduação, 5º semestre do Curso de Jornalismo da UNISINOS. E-mail: igor.mallmann@hotmail.com.

³ Professora orientadora. Doutora em Ciências da Comunicação pela UNISINOS e mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e da graduação na UNISINOS. E-mail: anaros@unisinoss.com.

Interessa-nos refletir sobre algumas questões. Como se pode situar o Libera no contexto da rearticulação do anarquismo organizado no Brasil pós ditadura civil-militar? Que papel o jornal teve e tem no engajamento de grupos e pessoas nesse processo? Quais são as particularidades do jornalismo nele praticado? Com a retomada do anarquismo organizado, em que medida estão presentes heranças da imprensa operária e libertária do início do século XX?

Se há importantes e necessárias críticas à mídia burguesa, é igualmente relevante elaborar reflexões a respeito do que seria um fazer jornalístico voltado às reivindicações sociais e à emancipação das classes populares oprimidas no capitalismo. Aqui fazemos referência ao conceito de *mídia radical alternativa*, assinalando pontos de contato entre o objeto deste estudo e as elaborações de John Downing, em seu trabalho “Mídia radical: rebeldia nas comunicações e nos movimentos sociais” (2002). Downing (2002, p. 21) define o citado conceito da seguinte maneira: “Com o termo *mídia radical*, refiro-me à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”.

Iniciamos este estudo discorrendo sucintamente sobre o anarquismo no Brasil e a imprensa operária e libertária do início do século XX. Posteriormente, passaremos à análise de algumas edições do Libera situadas em diferentes épocas e contextos para observar a progressão da publicação. Isto permitirá a costura dos autores e materiais abordados, para que se aponte algumas conclusões a respeito de nossos questionamentos iniciais. Assinala-se que este artigo é fruto de uma pesquisa ainda incipiente, provisória e com inúmeras possibilidades de progresso.

2 O ANARQUISMO NO BRASIL E A HERANÇA DA IMPRENSA OPERÁRIA

Exilados, fugitivos da política de seu país, trazidos para trabalhar nas lavouras de café, importados como trabalhadores especializados. Por vários motivos e de várias formas entraram no Brasil imigrantes europeus a partir do fim do século XIX. Estes imigrantes, com destaque para os italianos, desembarcavam em um país que tardiamente abolia a escravidão formal. E a substituía pela exploração assalariada no campo e na ainda incipiente indústria. Como nos conta Maria Nazareth Ferreira (1978), esses imigrantes

traziam algo extremamente valioso para a luta das classes oprimidas brasileiras às quais se incorporavam: as ideias anarquistas.

As primeiras duas décadas do século XX representam o auge da ideologia anarquista no seio da classe trabalhadora brasileira, por meio da construção do sindicalismo revolucionário. Este modelo organizativo previa a independência do sindicato em relação ao Estado e a partidos políticos eleitorais. Aqui nos referimos ao anarquismo (ou socialismo libertário) herdeiro da ala libertária que teve Bakunin como uma de suas referências na I Internacional e que se opôs à ala autoritária de Marx. Esse anarquismo pouco tem a ver com as vertentes ditas “individualistas”. Tal anarquismo – para o qual a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) (2009) utilizou o termo “anarquismo social” - defende, em linhas gerais, a substituição do Estado por estruturas federalistas e a propriedade privada pela autogestão dos meios de produção pelos trabalhadores. A luta cotidiana por melhores condições de trabalho se conectava a um horizonte de Revolução Social. Este discurso combativo caiu como uma luva no contexto de exploração sofrida pelo operariado brasileiro na República Velha, submetido a jornadas laborais infundáveis, trabalho infantil, alto custo de vida, remunerações insuficientes para a alimentação etc..

Elemento fundamental da atuação dos militantes anarquistas era a conscientização e agitação dos trabalhadores para lutarem por suas reivindicações. Organizavam-se teatros, escolas populares (para remediar a altíssima taxa de analfabetismo) e, o principal, jornais operários em oposição aos “grandes jornais” da época. Eram publicados em português e nas línguas dos imigrantes. Como afirma Rogério Nascimento (2009), os jornais anarquistas e operários buscavam uma integração entre os trabalhadores, não apenas pela leitura, mas também com a produção do periódico, o que remete ao princípio de ação direta⁴, bastante caro ao anarquismo. Segundo Nascimento (2009, p. 4):

Salta à vista em suas colunas, os dinamismos eminentemente coletivos em todas as suas fases de confecção: desde o debate entre os interessados na iniciativa de sua veiculação, na sua composição e até a busca de envolvimento efetivo dos leitores com os processos de feitura e manutenção do impresso. Os integrantes do coletivo editorial apresentavam a possibilidade destes se tornarem agentes distribuidores do jornal ou revista, ou mesmo contribuírem diretamente através da elaboração de artigos para publicação em suas colunas. Estes trabalhos poderiam ser de caráter histórico, de denúncia ou de reflexão sobre algum assunto.

⁴ “A ação direta é o princípio onde as pessoas e os grupos humanos decidem e agem diretamente em tudo aquilo que tem relação com suas vidas”. (FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA (FAG), 2015, p. 19).

A penetração das publicações entre os operários e a colaboração destes na construção daquelas era preocupação evidente entre os intelectuais e militantes libertários da época. Ressalta-se que essa perspectiva colaborativa, de escrever não apenas “para”, mas “com” os trabalhadores, é reflexo direto do ideário anarquista. Isso é oposto, por exemplo, à ideia marxista-leninista de uma vanguarda esclarecida na condução das massas. Alexandre Samis (2013) relata em seu artigo, inclusive, casos como o do anarquista Neno Vasco, que comprou uma briga com a Academia Brasileira de Letras no intuito de transformar o Português em uma língua mais próxima à linguagem corrente entre as classes populares. Samis (2013, p. 28) desenvolve da seguinte maneira:

Os jornais anarquistas e operários, muitos deles escritos com as novas regras, à revelia da norma culta, revelavam uma profunda preocupação com a ampliação do acesso do trabalhador aos meios de comunicação de sua classe. Queriam, muitos dos intelectuais que interagiam com os operários-escritores, a participação dos demais produtores não apenas na leitura dos periódicos, mas na confecção de artigos e colunas daqueles veículos. Até mesmo a rígida norma acadêmica deveria curvar-se, na perspectiva destes intelectuais engajados, às necessidades da classe revolucionária. Dessa forma, as centenas de jornais classistas que circularam pelo país não eram apenas veículos unilaterais de informação; eles suscitavam, quer na reforma ortográfica, para benefício do operário, quer nas mensagens instando à organização e à luta, a mobilização e a integração do trabalhador à causa de sua emancipação.

O anarquismo prossegue com inserção importante nos sindicatos durante a década de 20 até o início dos anos 30. No entanto, entra em declínio em função de uma série de fatores, abordados por Samis (2013). Há um crescente processo de perseguição política de militantes, repressão policial e dismantelamento de organizações por parte do Estado. Infiltram-se com mais força no movimento operário elementos de orientação bolchevique e reformista. Por fim, o modelo do sindicalismo revolucionário acaba com o advento do Estado corporativo de Getúlio Vargas, que extingue a independência dos sindicatos ao atrelá-los ao aparelho estatal.

A ideologia anarquista, então, adentra um longo período distante do movimento operário, que perde o ideal da Revolução Social frente à burocratização. Sobrevivem, de modo geral, apenas grupos mais voltados à cultura e à preservação da memória do movimento.

Nos últimos anos da ditadura militar, diferentes grupos e indivíduos espalhados pelo país iniciam um processo de retomada do anarquismo organizado. Uma das experiências notórias deste período é o jornal “O Inimigo do Rei”. Esta publicação iniciada por estudantes da Universidade Federal da Bahia em 1977 abrirá a senda da imprensa alternativa de viés libertário que estava por vir e receberá colaboração de grupos de todo o país.

Mais tarde, nos anos 90 iniciar-se-á um processo mais sólido de construção de um anarquismo que retome o vetor social – a inserção nas lutas das classes populares. E neste ínterim desempenhará essencial papel o periódico *Libera*, objeto deste estudo.

3 LIBERA... AMORE MIO

Adotando como nome o título do filme italiano de 1975, do diretor Mauro Bolognini, o Círculo de Estudos Libertários (CEL)⁵ do Rio de Janeiro publica a primeira edição do *Libera... Amore Mio*, datada de junho de 1991. Este Círculo vinha há alguns anos aglutinando militantes e interessados no anarquismo, trazendo palestras, debates e outras atividades. Conforme documento da FARJ (2009, p. 41), o *Libera* “Trouxe importantes reflexões libertárias sobre assuntos que estavam em pauta no Brasil e no mundo daquela época e serviu para a divulgação de textos e notícias de diversos grupos do país”.

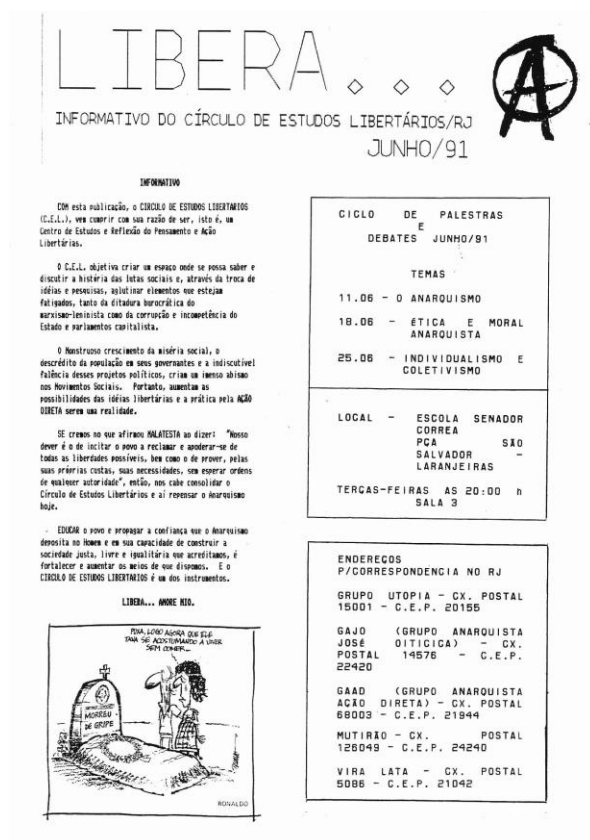
A intencionalidade presente em iniciativas tais como o *Libera... Amore Mio* aponta para a visão crítica de que é necessário fazer um jornalismo diferente daquele executado pelos grandes meios de comunicação comerciais. Autores como Noam Chomsky denunciam o fato de essa mídia corporativa ser um negócio privado, atendendo ao lucro, antes de mais nada. Isso muitas vezes significa coberturas que privilegiem as visões convenientes aos anunciantes, às elites. Assim, se faz necessária a fundação de veículos que se dirijam aos interesses das classes populares, de emancipação social etc. Historicamente, a existência dessa imprensa alternativa está diretamente relacionada ao desenvolvimento de movimentos reivindicatórios e agitações sociais, conforme afirma Maria Nazareth Ferreira (1978), ancorada em seus estudos sobre o tema:

⁵ A partir de 1995, este passará a ser chamado de Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), em homenagem ao seu fundador, falecido naquele ano.

Basta averiguar a intensa rede de jornais que surgiu com a fundação das ligas e uniões e a grande tiragem que esses jornais atingiram nos períodos que antecederam aos movimentos grevistas. Em todos os acontecimentos relevantes que empolgaram os trabalhadores brasileiros o jornal mostrou-se o principal veículo de comunicação. (FERREIRA, 1978, p. 15)

A primeira edição do periódico mensal era apenas uma folha frente e verso, bastante rudimentar. A capa está reproduzida na sequência (Figura 1).

Figura 1 - Libera nº 1



Fonte: Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (2012)⁶

Trata-se basicamente de um folheto, um informativo sobre o CEL. O nome sai dividido entre as páginas, algo que será característico. “Libera...” aparece no cabeçalho, enquanto “Amore Mio” fica no verso. Na primeira página, vê-se um texto de apresentação,

⁶ Imagem retirada dos arquivos em PDF contidos no referido CD-ROM, assim como as demais imagens deste trabalho.

uma charge e a agenda das palestras e debates do CEL. No verso da folha, há dois excertos de textos do teórico anarquista Errico Malatesta, demonstrando a intenção formativa que também tem a publicação. Um fator a assinalar é que desde este primeiro número aparece uma lista de endereços para correspondência de grupos libertários. Isso deixa evidente a preocupação dos editores do Libera em fomentar a participação e troca de ideias entre diferentes indivíduos e grupos.

O que se acabou de dizer dialoga com a reflexão de John Downing (2002) sobre as redes de comunicação formadas por movimentos sociais por meio dos veículos da mídia radical alternativa.

Estamos lidando, nesse aspecto, com uma noção de audiência de mídia muito diferente da noção clássica, pois são os elementos da audiência que constituem membros ativos das redes sociais que, em épocas de turbulência social e crise política, com frequência são os melhores arautos da novidade e os conselheiros mais bem informados acerca das estratégias do movimento para essas redes. (DOWNING: 2002, p. 70).

O texto editorial de apresentação dá o tom da visão do Libera como instrumento de engajamento social: “Educar o povo e preparar a confiança que o Anarquismo deposita no Homem e em sua capacidade de construir a sociedade justa, livre e igualitária que acreditamos, fortalecer e aumentar os meios de que dispomos” (INFORMATIVO, 1991).

3.1 Tempo de construção e experimentação

Os rumos do Libera, os temas expostos em suas páginas, estão intimamente concatenados com o processo de reorganização do movimento anarquista. Como dito, este esforço ocorria desde o fim da ditadura. Em meados da década de 90 há um capítulo importante nesta história: a constituição das primeiras organizações específicas anarquistas a partir da abertura de relações de grupos brasileiros com a FAU (Federação Anarquista Uruguaia). Agora discorreremos sobre uma edição do Libera que traz justamente um artigo sobre essa troca de experiências com os uruguaios, datada de fevereiro de 1995. A capa está reproduzida a seguir (Figura 2):

Figura 2 – Libera nº 45



Fonte: Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (2012)

Entre a primeira edição e esta, de número 45, figuraram temas de grande relevância social, como impeachment de Collor, violência policial contra a população das favelas cariocas, meio ambiente, voto nulo, entre muitos outros. Agora já estamos diante de uma publicação mais encorpada, com quatro páginas e qualidade gráfica melhorada dentro dos padrões estéticos do jornalismo, com colunas, nova identidade visual. Há uma preocupação visível com layout e diagramação.

O texto de capa “Salários e governabilidade” discorre sobre a baixa valorização do salário mínimo e a luta contra os interesses do capital para obtenção de reajustes maiores. Na página 2, está o “Espaço libertário do sul”, aqui assinado pela Juventude Libertária do RS, que se somará, no mesmo, ano, à fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG).

Um texto fala da perseguição do Partido dos Trabalhadores aos militantes anarquistas em função de uma campanha pelo voto nulo que estes fizeram. Outro chama para que o 1º de maio seja de protestos contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.⁷

Na página 3, há o artigo sobre a FAU, redigido por um militante que visitou Montevideu. Ele discorre sobre o modelo de organização adotado pelos anarquistas uruguaios desde 1956 e as lutas sindicais, estudantis e comunitárias nas quais a organização se engajou. O texto assinala pontos que podem vir a inspirar os militantes brasileiros, como nesse trecho:

A FAU que tive a chance de conhecer é uma organização em sintonia com as lutas de nosso tempo. Pode perceber que algumas posturas são bem nítidas: Classismo: a luta de classes é uma realidade e um princípio; Inserção social; uma abordagem latino-americana do anarquismo. No campo teórico, análises e formulações contemporâneas da realidade vivida pelo povo. Na parte organizativa, o que pareceu fundamental foi a constante busca da responsabilidade militante e do trabalho coletivo. Também é muito importante que todos/as os/as companheiros/as saibam que não há tarefas "grandes e pequenas" e sim que toda contribuição e realização é de igual importância. Há três frentes de atuação: Sindical, Estudantil e Comunitária (Barrial). Todo militante tem que escolher uma das frentes para atuar. A influência da FAU se nota nos secundaristas (detêm a hegemonia do movimento), em algumas categorias mais combativas de trabalhadores, em alguns bairros populares de Montevideu e quando há grandes questões gerais. Outros aspectos importantes: o anarquismo é conhecido pela maioria da população; a FAU é respeitada pelas esquerdas e conta com grande número de simpatizantes e gente de apoio; [...] (LIBERA... AMORE MIO, 1995).

Aqui nota-se o caráter de chamamento que se soma ao papel informativo do jornal. A experiência descrita pelo militante traz um novo horizonte para o anarquismo brasileiro. Assim, iniciam-se relações orgânicas com a FAU, culminando, por exemplo, com a citada fundação da FAG.

Por fim, na página 4, temos a seção “Notícias Libertárias”, que mantém seu lugar até hoje no jornal. Trata-se de uma série de notas, com informes de movimentos sociais e grupos vindos de vários estados brasileiros e de outros países, que chegam por meio da rede de contatos do coletivo editorial. Além de notícias do próprio Círculo de Estudos Libertários.

Quanto à diagramação, busca otimizar o espaço utilizando as folhas por completo, deixando poucos espaços em branco. Isso representa outro ponto em comum com a

⁷ Neste trabalho, utilizamos os arquivos em PDF das edições do Libera que foram organizados por ano em CD-ROM (NÚCLEO DE PESQUISAS MARQUES DA COSTA, 2012) lançado em alusão aos 20 anos do Libera, completos em 2011.

imprensa operária do início do século XX, pois “Nota-se, deste modo, do ponto de vista da diagramação, uma nítida preocupação em ocupar todo o espaço” (FERREIRA, 1978, p. 105). O foco é o conteúdo; quanto mais, melhor. Essa perspectiva destoa da tendência dos veículos da mídia comercial, que foram gradativamente apostando em textos menores e organização visual mais dinâmica.

Ainda vale comparar a abordagem dos textos do *Libera* com a progressiva imprensa operária, uma vez que “[...] o tratamento da notícia tem um caráter processual, recuperando e analisando os fatos” (FERREIRA: 1978, p. 105). Essas características que perduram ou ressurgem ao longo dos anos não passam despercebidas quando John Downing (2002, p. 66) analisa a relação da mídia radical alternativa com a dinâmica dos movimentos sociais, afirmando que “Pode haver também um processo de ressurgimento geracional, em que a lembrança daquilo que outrora se podia pensar e fazer é revivida em circunstâncias novas e mais propícias”.

3.2 Mídia radical: junho de 2013 e a conjuntura atual

O *Libera* seguiu sendo publicado mensalmente até 1998. Depois, apresenta variações na periodicidade. Em 2003, é fundada a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que passará a publicar o jornal. A proposta editorial da publicação não muda. Há, sim, alterações gráficas, como no logo. O nome perde o “Amore Mio” e é simplificado para “*Libera*”, apenas.

O novo milênio começa com a crescente organização dos grupos anarquistas pelo país – como no caso carioca, no qual os militantes dão o passo para a fundação da FARJ. Vão surgindo as organizações específicas anarquistas, na esteira do trabalho iniciado na década passada. Estas organizações buscam a coesão de trabalho dos anarquistas, são um espaço onde os militantes podem desenvolver teórica e praticamente a ideologia, baseados em democracia de base e responsabilidade para com um programa montado coletivamente. Este trabalho busca capacitar para a inserção social efetiva em sindicatos, movimentos sociais, estudantis, entre outros.

Agora, damos um salto no tempo e lançamos um olhar sobre duas edições mais contemporâneas. A primeira se refere aos meses de abril, maio e junho de 2013 (Figura 3), publicada no calor dos protestos que balançaram o país e deram visibilidade ao ideário anarquista e às reivindicações dos movimentos sociais em geral.

Figura 3 – Libera nº 158

No. 158
ABR-MAI-JUN
ANO 23/2013

farj@riseup.net
 http://www.farj.org
 Cx. Postal 14576
 CEP 22410-971
 Rio de Janeiro/RJ - Brasil



LIBERA

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ
 INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA - CAB



AS LUTAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

Milhares de manifestantes ocupam as escadarias da Assembleia Legislativa do Rio.

Breve contexto

As manifestações que sacudiram o país, inicialmente contra o aumento das passagens, trouxeram novamente a ação direta das ruas como um paradigma de luta. Evidenciaram também os limites do governo, das práticas burocráticas e das políticas neo-desenvolvimentistas do governo federal em atender os anseios da juventude, de setores precarizados da classe trabalhadora e de outros grupos sociais explorados. Os protestos generalizados animaram novamente entidades, organizações políticas, movimentos sociais e trabalhadores/as que conseguiram uma vitória significativa, ao baixar o preço da passagem em várias cidades. Ainda que a vitória seja parcial e alguns de seus frutos tenham sido manipulados pelos governos (na maioria das cidades, as prefeituras subsidiarão os empresários), os protestos de rua, as ocupações de avenidas e paralisações de estradas figuraram novamente como instrumentos de luta massivos e as pautas de luta não se esgotaram nos "20 centavos". Nesse contexto, um instrumento importante no Rio de Janeiro foi o Fórum de Lutas

contra o Aumento, que reuniu diversos setores de luta, inclusive o libertário, como também movimentos sociais, ativistas independentes, organizações políticas e outros grupos.

Ao mesmo tempo em que as manifestações traziam fórmulas de luta históricas e combativas da classe trabalhadora, presenciou-se também a tentativa da direita de infiltrar-se nos atos. E um dos fatores que ajudou bastante na tentativa de apropriação das manifestações por parte de setores ultra conservadores e de direita foi o deplorável trabalho da mídia burguesa no esvaziamento das pautas de luta e das reivindicações. Primeiro, esforçaram-se em silenciar as demandas populares (de décadas de opressão sofrida acumulada) a generalizações como "contra a corrupção" e "o gigante acordou". Segundo, buscaram caricaturar os manifestantes ("vândalos", "baderneiros") e apontar "bodes expiatórios" no interior dos protestos para dividir a esquerda, já bastante fragmentada. Assim, setores de ultra-direita (minoritários) tentaram surfar na onda fanfarrista defendida pela mídia monopolista (Rede Globo, etc.),

causando confusão nos atos. Mas foram neutralizados na organização dos atos seguintes e na maior participação popular com movimentos sociais nas manifestações. Por sua vez, os partidos políticos tem também responsabilidade neste processo por conta de suas práticas políticas burocratizadas, eleitoreiras e descoladas do povo, gerando uma descrença generalizada na via partidária enquanto meio de mudança. E os setores reacionários da direita aproveitaram-se disso. Mas diante do oportunismo de partidos de esquerda defendendo o governo, contra um possível "golpe de direita", nós ficamos pé na via do poder popular. Pois sabemos que muitas das pautas da direita estão contempladas pelo governo PT e seus aliados (PC do B, PMDB, PSB, etc.).

A resistência popular e o oportunismo de setores da esquerda

Com o avanço da luta as práticas burocráticas de setores da esquerda foram questionadas por muitos manifestantes. Práticas que tem graves limites como a prioridade da esquerda institucional em disputar aparatos sindicais e estudantis em detrimento do fortalecimento das bases. Uma relação de aparelhamento e instrumentalização de movimentos sociais (tratados pelos partidos como "correia de transmissão" de suas posições, já elaboradas de cima para baixo). Toda vez que sindicatos burocratizados ou partidos tentaram monopolizar os atos nos "palanques eleitorais" (carros

de som), sofreram a oposição da voz coletiva e a resistência popular generalizada. A tática "manjada" de colocar dezenas de bandeiras de partidos na frente dos atos foi contraposta com a tática de se dar destaque às demandas populares dos protestos. O movimento expôs também a falta de inserção social de grande parte da esquerda com os desempregados/as, na favela, na juventude pobre e precarizada (que são fundamentais no processo de aprofundamento das pautas populares). Expôs políticas equivocadas que centram esforços na conquista do aparato estatal, nas eleições burguesas ou no fortalecimento de mandatos parlamentares ditos "combativos" por alguns setores, mas marcados pelo personalismo e o legalismo burguês no rito do voto. Expôs os limites da defesa de uma polícia "cidadã" (quando até a ONU recomendou a extinção da Polícia Militar no Brasil) e do apoio de certas legendas de esquerda, num passado recente, às greves dessa corporação. Enquanto isso, a PM mostrava sua "consciência de classe" massacrando manifestantes nas ruas e chacinando 13 moradores do Complexo da Maré.

NAS ROCAS... **Copa para os ricos, violência contra os pobres!!!**

"De periferia aos centros e de volta à periferia: chacinou no Maré" pág 2

"A luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo" [excertos] CAB pág 3

Notícias Libertárias pág 4

Fonte: Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (2012)

Esta edição, com o título de capa “As lutas sociais no Rio de Janeiro e a construção do poder popular”, é quase toda dedicada às mobilizações sociais que ganharam as ruas do país naquele momento, tendo como estopim a luta pelo transporte público. Os textos focam no retorno da manifestação de rua, das paralizações, como formas de luta do povo, e constata a falta de inserção social que possui a esquerda eleitoral. Também há a denúncia da tentativa de infiltração de setores da direita política nos protestos. Há contrapontos e respostas diretas à violência policial na repressão aos manifestantes e ao discurso utilizado pelos veículos de comunicação comerciais na cobertura dos atos:

À luta do povo nas ruas o governo respondeu com violência e terrorismo. Na favela usou balas de verdade, no asfalto balas de borracha, gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Com ajuda da mídia oficial criminaliza os que lutam, rotulando os manifestantes de “violentos” e “baderneiros”. Neste sentido, podemos afirmar que a resistência dos manifestantes é um grito de indignação contra a violência cotidiana que nosso povo sofre. Esta forma de resistência coletiva e de luta parece rapidamente generalizar-se e não pode ser vinculada a uma única ideologia política, ou ser tachada

como uma ação de “grupos minoritários”, como faz a mídia burguesa. Isso porque esta forma de resistência é fruto da ação e da experiência coletiva. (LIBERA, 2013)

Também há um texto no qual o jornal denuncia a atuação (classificada como chacina) da Polícia Militar na Favela da Maré, Rio de Janeiro:

A raiva de terem que usar balas de borracha nas manifestações. A vontade de darem o exemplo e calarem de imediato a voz do povo. Impedir que cada vez mais a onda de revolta nas ruas se espalhasse pela cidade. Todos estes elementos tiveram seu papel quando, no dia 24 de junho, a PM entrou na favela da Maré para matar. Tudo isso, catalisado ainda mais pela vontade de vingarem a morte de um policial, o terrorismo de Estado resultou em uma noite de terror e morte para os moradores das favelas Nova Holanda e Rubens Vaz. Nesta chacina, que aconteceu do dia 24 para o 25, os fatos nunca serão todos revelados. Corpos somem, mortes a facadas sem deixar provas da arma utilizada, sangue nas camas e nos pisos das casas dos moradores deixam inúmeras evidências do ocorrido. (LIBERA, 2013)

A edição 158 do *Libera* ainda traz um posicionamento da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), criada pelas organizações específicas em 2012, sobre a conjuntura das lutas sociais no país. Há, por fim, a já familiar seção “Notícias libertárias”.

Esta ótica de resistência aos poderes econômicos, políticos e ideológicos hegemônicos encontrada no *Libera* sugere a validade do conceito de mídia radical para este trabalho. Interessante notar que John Downing (2002) justamente assinala a importância das contribuições anarquistas para a mídia radical, já que apontam para a necessidade do combate dos mais variados tipos de opressão, indo além das limitações da visão do marxismo clássico.

A resistência, em outras palavras, é resistência às múltiplas formas de opressão, mas requer, por sua vez, diálogo com diversos setores – por sexo; por raça, etnia e nacionalidade; por idade; por categorias profissionais – para que possa efetivamente tomar forma. A mídia radical alternativa é central nesse processo. (DOWNING, 2002, p. 53).

Sobre a atuação da mídia radical alternativa no desenvolvimento dos movimentos sociais e políticos, Downing (2002, p. 65) destaca que aquela serve de referência para os atores envolvidos: “[...] a enorme – ainda que oscilante – importância da mídia radical alternativa se deve ao fato de ser ela, comumente, que primeiro articula e difunde as questões, as análises e os desafios dos movimentos”.

Para apontar rapidamente a leitura feita pelo *Libera* acerca dos acontecimentos políticos e sociais mais atuais, registramos que, em 2015, foram veiculadas duas edições

semestrais, ambas com oito páginas. Aquela correspondente aos meses de julho a dezembro traz como título de capa “O avanço conservador e o papel do Estado”.

É interessante destacar a crítica característica aos governos petistas. Mas essas críticas são diametralmente diferentes daquelas proferidas por quem pede o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O Libera parte de uma posição ideologicamente mais à esquerda, condenando o abandono das bandeiras sociais em nome da manutenção do poder pelo PT. Como veículo de orientação ideológica anarquista, o jornal marca sua posição quanto ao governo e também quanto ao avanço dos movimentos de orientação liberal-conservadora que levam adiante campanhas antipetistas.

No Brasil, em pouco tempo, o PT tornou-se nada mais do que um gerente do capitalismo. Nós anarquistas não avaliamos como uma “traição”, mas como parte de um projeto consciente e planejado, que teve apoio de diversos movimentos populares do campo e da cidade, de sindicatos, para promover seu projeto de poder: a construção de um pacto governista, de uma aliança de classe. O efeito colateral da ascensão do PT foi a desmobilização das organizações da classe trabalhadora. Os sindicatos passaram a ser correias de transmissão da burocracia petista e os movimentos passaram a ser “base de apoio” do governo. A velha direita segue com grande liberdade para aprovar suas medidas mais reacionárias (alguma delas aprovadas pelo PT), pois não encontra resistência nessas bases, agora desmobilizadas pelo petismo. (LIBERA, 2015)

Assim, o Libera aponta, neste período conturbado, como alternativa para os movimentos sociais e sindicatos a luta por meio da ação direta e independente dos partidos eleitorais. Com um conteúdo bastante variado, na edição em questão encontramos temas tais como: I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores; lançamento do livro “Revolución Anarquista en Manchuria (1929-1932)”; 20 anos da Federação Anarquista Gaúcha; contribuições de Bakunin ao debate sobre a organização política anarquista; greve dos trabalhadores dos correios, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um leitor⁸, ao se manifestar sobre os 20 anos do Libera completos em 2011, assinala que:

[...] o fato é que o destino dos jornais burgueses é embrulhar peixe ou forrar o chão de casa quando se vai pintar as paredes, ninguém liga para eles no dia seguinte. Já o Libera é lido com atenção e colecionado por muitos (como eu). Seus textos são reproduzidos em diversas páginas da

⁸ Retirado de uma série de depoimentos escritos contidos no CD Libera: 20 anos de anarquismo no Rio de Janeiro (NÚCLEO DE PESQUISA MARQUES DA COSTA, 2012).

internet e em várias publicações anarquistas ou não pelo mundo a fora além de servir de pesquisa e base para criação de outros escritos e para o aprofundamento de discussões pertinentes à nossa sociedade. Sociedade essa que, mais do que nunca, se encontra carente de informações e reflexões inteligentes, coisas que a mídia burguesa faz questão de não apresentar, mas que – felizmente – nosso querido informativo Libera tem de sobra.

Esta assertiva, bastante intuitiva, sintetiza o espírito de jornalismo que se pode encontrar nas páginas do Libera. Neste jornalismo, após as observações e comparações que estabelecemos, pode ser reconhecida a herança da imprensa operária do início do século XX, da mesma forma que as organizações anarquistas da atualidade reivindicam alguns elementos do movimento daquele período. Há diferenças substanciais no contexto e na forma do Libera em relação àquela imprensa operária, mas ambos compartilham objetivos e meios.

Um dos aspectos mais importantes sem dúvida é a prática da participação coletiva nos processos de produção e circulação do periódico, em consonância com os princípios de democracia de base e ação direta que propõe o anarquismo. A intenção dos militantes que editam o Libera não é apenas difundir conteúdos a serem absorvidos, mas construir redes de comunicação de mão dupla. Assim também era com a referida imprensa operária. Esta atuação colaborativa e com posicionamento claro dos militantes-editores marca a grande diferença existente em relação ao jornalismo tradicional.

Sendo assim, a publicação teve papel substancial na constituição de grupos e organizações voltadas à prática política anarquista, integrando pessoas e difundindo notícias e informações úteis – como o texto sobre a FAU contido na edição 45, a qual analisamos. No contexto das tentativas de rearticulação do anarquismo pós ditadura civil-militar, o Libera se tornou a referência na qual se aglutinavam as informações, experiências e constatações do movimento libertário brasileiro. Função ainda mais valiosa se lembrarmos que boa parte desta história se desenrola em um período em que a internet inexistia como meio de comunicação no meio militante. O jornal chega a um quarto de século de circulação contando em suas páginas os avanços do anarquismo organizado a nível nacional, que desde 2012 encontra expressão na Coordenação Anarquista Brasileira (CAB).

As tarefas às quais se propõe condizem com a conceituação de mídia radical alternativa (DOWNING, 2002), representando uma ferramenta de resistência aos poderes hegemônicos, uma alternativa ao discurso difundido pela mídia comercial ou grande mídia. Isso se faz notar ainda mais em períodos de agitação social e política, como nas Jornadas de

Junho de 2013 e na conjuntura atual, desde o início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

Portanto, elementos que sobrevivem aos anos são reinventados em novos contextos e práticas para forjar uma mídia para contribuir no debate, informação e organização daqueles que aspiram desde às reivindicações mais imediatas até ao profundo câmbio da ordem social.

REFERÊNCIAS

DOWNING, John. **Mídia radical: rebelião nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ). **Anarquismo social e organização**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2009.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA (FAG). **Luta & organização: Processo de Construção Anarquista Brasileiro – PCAB 1996**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2015. Documento histórico comemorativo dos 20 anos do anarquismo organizado no Brasil.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil – 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

INFORMATIVO. **Libera... Amore Mio**. Rio de Janeiro, n. 1, jun. 1991.

NASCIMENTO, Rogério H.Z. **Imprensa anarquista no Brasil (1907-1915): indisciplina, experimentos libertários e emergência de saberes**. Núcleo de sociabilidade libertária – programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP, 2009. (Artigo publicado em site). Disponível em: < <http://www.nu-sol.org/agora/pdf/rogerionascimento.pdf>>. Acesso em: 21/03/2016.

NÚCLEO DE PESQUISA MARQUES DA COSTA. **Libera: 20 anos de anarquismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012, vol. 2. CD-ROM.

SAMIS, Alexandre. **Sindicalismo e Anarquismo no Brasil (1903-1934)**. Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 14 jan. 2013. (Artigo publicado em site). Disponível em: < <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 21/02/2016.

Outras fontes consultadas

_____. As lutas sociais no Rio de Janeiro e a construção do poder popular. In: **Libera**. Rio de Janeiro, n. 158, p. 1-3, abr-mai-jun. 2013

_____. O avanço conservador e o papel do estado. IN: **Libera**. Rio de Janeiro, n. 166, p. 1-2, jul-dez. 2015.

_____. Um olhar sobre a FAU. IN: **Libera... Amore Mio**. Rio de Janeiro, n. 45, fev. 1995.